



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.409, DE 2024

(Da Sra. Greyce Elias)

Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para proibir a dedução como despesas, para determinação do lucro real, das perdas das instituições financeiras no recebimento de créditos.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. GREYCE ELIAS)

Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para proibir a dedução como despesas, para determinação do lucro real, das perdas das instituições financeiras no recebimento de créditos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a vedação da dedução como despesas, para determinação do lucro real, das perdas das instituições financeiras no recebimento de créditos.

Art. 2º A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte artigo 9º-B:

“Art. 9º-B Fica vedada a dedução como despesas, na apuração do lucro real, das perdas das instituições financeiras no recebimento de créditos.” (NR)

Art. 3º Revoga-se:

I – a Lei nº 12.838, de 09 de julho de 2013; e

II – a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os bancos possuem elevadas margens de lucros e baixa tributação, resultando em um sistema injusto para a sociedade.



A possibilidade de dedução, como se despesa fosse, na apuração do lucro, das perdas decorrentes de inadimplência no pagamento dos empréstimos, leva à diminuição da arrecadação para o poder público.

Nesse sentido, este Projeto de Lei propõe a limitação dessa possibilidade, exclusivamente para as instituições financeiras, de forma a permitir que a arrecadação tributária sobre essas empresas seja preservada.

Com maior arrecadação, será possível ao poder público ofertar serviços públicos de maior qualidade e promover ações para combate à pobreza.

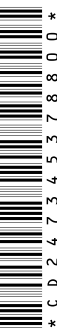
Para respeitar o princípio da não surpresa em matéria tributária, e visando evitar questionamentos quanto à desatenção à anterioridade dos tributos, previmos a produção de efeitos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.

Tendo em vista a relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada GREYCE ELIAS

2024-6078





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199612-27:9430
LEI Nº 12.838, DE 9 DE JULHO DE 2013	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201307-09:12838
LEI Nº 14.467, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202211-16:14467

FIM DO DOCUMENTO